

A PARTICIPAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO: AÇÃO POLÍTICA E (IN) VOCAÇÃO RELIGIOSA

Tatiane dos Santos Duarte
*Universidade de Brasília**

Resumo. Este artigo analisa, a partir da etnografia de um dos cultos promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica, os deslizamentos entre política e religião no Congresso Nacional brasileiro. Descrevo um destes cultos procurando entendê-lo enquanto ritual antropológico no qual parlamentares evangélicos realizam a invocação do religioso e a sacralização das atividades da política. Ora, mais do que trânsitos e deslocamentos entre o “tempo da política” e o tempo da igreja, estes cultos realizam sobreposições entre o púlpito e o palanque quando o espaço do sagrado sacraliza as boas novas proferidas por estes parlamentares no espaço da política.

Palavras-chave. cultos religiosos, participação política, religião e política.

Abstract. This article analyzes, from the ethnography of one of the evangelical cults promoted by Frente Parlamentar Evangélica, the relations between politics and religion in the Brazilian National Congress. Thus, this paper describes one evangelical cult understanding it as an anthropological ritual in which these congressmen invokes the religiosity and sacralizes their political activities. Besides the interurrences and displacements between the politics time and religious time these cults promote imbrications between the pulpit and the stand when the sacred space sacralizes the good news emitted by religious congressmen in the space of the politics.

Keywords. evangelical cults, political participation, religion and politics.

Introdução

Entre março e julho de 2010 realizei trabalho de campo no Congresso Nacional privilegiando observar a participação da Frente Parlamentar Evangélica no cotidiano do legislativo. Para minha surpresa, logo no meu primeiro dia de campo, “descobri” que a FPE realizava cultos em um dos Plenários da *Casa*¹ todas as manhãs das quartas-feiras, dia de maior movimento no Congresso Nacional. Passei então a participar de todos os cultos²

realizados pela FPE, pois, os considereirei como meu “achado etnográfico”: o legislativo brasileiro abarcava não apenas a instauração de uma bancada religiosa, mas também a transformação do espaço de feitura de leis num espaço de invocação do religioso e de sacralização da política.

Neste artigo, analiso o culto promovido pelos deputados e senadores evangélicos em um dos Plenários das Comissões da *Casa* legislativa, ocorrido no dia 07 de abril de 2010. Descrevo etnograficamente este culto considerando-o enquanto um ritual³ antropológico porque entendo que é no tempo litúrgico e no espaço do culto que estes parlamentares realizam a invocação do religioso e a sacralização de suas atividades na política. Trata-se, portanto, de um achado antropológico que permite analisar os sentidos e efeitos da participação evangélica na política institucional.

Quem é esta Frente que faz frente?

A Frente Parlamentar Evangélica/FPE do Congresso Nacional foi instaurada na 52ª legislatura (2003-2006), no dia 18 de setembro de 2003 em uma Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões evangélicas. O deputado Pedro Ribeiro (PR/CE) presidia aquela cerimônia que homenageava as missões religiosas transculturais, mas que seria também o espaço e o tempo privilegiado para oficializar a instauração da FPE. O deputado Pastor Pedro Ribeiro (PR/CE) realizou a instauração da FPE do Congresso Nacional apresentando nominalmente o deputado Adelor Vieira (PMDB/SC) como o primeiro presidente da FPE e a diretoria executiva composta, em sua maioria, por deputados filiados à Assembleia de Deus (Baptista, 2009, p. 304). Em seguida, Pastor Pedro Ribeiro conclamou a instalação da FPE do Congresso Nacional “pela misericórdia de Deus e em nome de Jesus”. Naquele dia, o deputado Pedro Ribeiro (PR/CE) instaurou a FPE conclamando a “unidade” entre os deputados no sentido de que eles fossem “luz” para a *Casa* legislativa (Brasília, 2003).

Segundo José Duque⁴, ministro de louvor da FPE, os deputados e pastores Adelor Vieira, Raimundo Santos e Pedro Ribeiro propuseram a instauração da “Frente⁵” com o objetivo de congregar por meio de um culto semanal os políticos evangélicos. Através dos cultos, segundo ele, poderia ser engendrada tanto uma “mobilização estratégica” (Baptista, 2009) em torno das bandeiras de luta da FPE no âmbito do legislativo, quanto à promoção da evangelização e conversão evangélicas no espaço

do legislativo. De todo modo, a estratégia de atuação adotada por seus dirigentes foi o pluripartidarismo como forma de ampliar “a capilaridade dos evangélicos no Parlamento, facilitando a conquista dos objetivos da Frente” (Baptista, 2009, p. 303), especialmente, na defesa da família, da moral e dos bons costumes. De fato os discursos dos fundadores durante a sessão de instauração da FPE corroboram com a ideia de Baptista (2009) de que não havia qualquer intenção de aglutinar os parlamentares evangélicos num único partido político. Sendo assim, esta estratégia deriva também da forma como os evangélicos participaram da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, quando a construção de um partido evangélico não se constituiu como centro da aliança política deste grupo no Parlamento (Duarte, 2011).

Algumas considerações devem ser feitas em relação à FPE. A primeira delas diz respeito à oficialização da Frente Evangélica como entidade jurídica da *Casa*. A FPE ocupa uma sala no Anexo IV da Câmara e possui uma placa oficial identificando-a como espaço da “Frente”. Todavia, a FPE não é considerada “uma entidade jurídica da Câmara”. A FPE é “apenas um nome”, explicou-me o José Duque, pois o regimento interno da Câmara dos Deputados exige o mínimo de 100 deputados filiados para legalizar uma frente parlamentar. Como a FPE na 53ª legislatura (2007-2010) tinha 56 parlamentares filiados, insistiu José Duque, “nós existimos, temos frente na *Casa*, mas sem legalização, até atingirmos o número exigido”⁶.

Do mesmo modo, há que se ressaltar mais dois pontos sobre a FPE. A primeira é que ela não possui qualquer registro formal na estrutura administrativa e burocrática do Congresso Nacional, inclusive na Biblioteca da *Casa*. A segunda é que a despeito da FPE ser conhecida como “Bancada evangélica”, na verdade, ela deve ser referida como “Frente Parlamentar”. “Bancada” abarca um agrupamento partidário e a “frente parlamentar” compreende a reunião de um grupo de parlamentares de diversos partidos que lutam por uma causa em comum (como a ruralista, a empresarial, a sindical) (DIAP, 2011). Refiro-me ao grupo sempre como Frente Parlamentar Evangélica porque é utilizando tal designação que se apresentam no mundo da política, a despeito do reconhecimento público enquanto “Bancada evangélica”.

Na 53ª legislatura (2007-2010), como disse, a FPE contou com 56 parlamentares sendo 53 deputados e três senadores (com mandatos de oito anos). A maioria dos membros da FPE possuem as seguintes características: profissionais liberais, majoritariamente masculinos (apenas cinco parlamentares são mulheres), faixa etária média superior a 40 anos, predo-

minantemente membros⁷ de igrejas pentecostais e neopentecostais. Em termos de pertencimento regional assinala-se a predominância da Região Sudeste (28) com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, que possui o maior número de deputados filiados (10). Em relação à filiação partidária, a maioria dos parlamentares era vinculada aos partidos políticos de centro-direita (DIAP, 2010). Os deputados filiados à FPE participam da maior parte das Comissões permanentes da *Casa*, inclusive na mais importante delas, a de Constituição e Justiça e de Cidadania/CCJC. Todavia, é na Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF onde se concentra o maior número de deputados evangélicos especialmente porque a CSSF aprecia e vota propostas que tratam de conteúdos como família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos. Tais temas são de grande interesse para a FPE.

Uma questão deve ser ressaltada. O engajamento dos parlamentares evangélicos nas atividades propostas pela “Frente” não se constitui de forma amplamente coesa, interessada e participativa (Baptista, 2009). Pude observar durante o trabalho de campo que poucos deputados participavam dos cultos da “Frente”. Frequentemente são estes mesmos parlamentares que organizam e/ou participam “das atividades da Frente”, como os eventos “pró-vida”. Como me advertiu José Duque, dos 53 parlamentares que integravam a FPE, cerca de quinze frequentam os cultos semanais realizados em um dos Plenários das salas de comissões da *Casa*. A maioria dos filiados, contudo, comparece aos almoços de confraternização e às reuniões que ocorrem após os cultos.

Cultuando o Deus Vivo no legislativo brasileiro

O escopo deste artigo é analisar a descrição etnográfica de um dos cultos evangélicos por mim observados durante minha “estada” na *Casa* legislativa. Tomando-o enquanto ritual, que possui padrões e rupturas, delineio etnograficamente o “culto de louvor” realizado pela FPE no dia 07 de abril de 2010, a fim de apreciar os modos pelos quais os parlamentares evangélicos relacionam religião e política no Parlamento brasileiro.

Como todos os cultos, este culto por mim privilegiado também aconteceu no Plenário 13, ocupado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A promoção de tais cultos, como apontei, foi uma “estratégia” adotada pelos fundadores da FPE a fim de criar um

tempo e um espaço ritual nos quais os deputados evangélicos “unidos” pudessem tornar as demandas religiosas, realizações concretas no Parlamento. Como um ritual religioso, os cultos evangélicos no legislativo seguem uma ordenação estrutural litúrgica marcada por “graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipa (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição)” (Peirano, 2003, p. 11). Contudo, como um ritual antropológico abre espaço para aspectos variáveis, pois, os eventos estruturados são reconhecidos através da forma (enquanto ritual), uma vez que nenhuma performance ritual é igual à outra.

A formalidade daquela cena social marcava-se pela ocupação da sala da Comissão pelos “Missionários da *Casa*”, transformando aquele espaço máximo da República brasileira em um templo sagrado. Assim, a mesa central ocupada nas sessões ordinárias pelo presidente e pelo secretário geral da comissão naquela cerimônia torna-se um púlpito no qual se postam o dirigente, o orador do dia e o mestre de louvor e seu aparato instrumental⁸. Já a membresia (deputados, assessores, funcionários, convidados) se dispõem nas mesas localizadas à frente da mesa central. Os deputados ocupavam as primeiras fileiras destas mesas que também são ocupadas por eles nas sessões ordinárias das Comissões da *Casa*. Em todos os cultos que participei procurei me sentar nas cadeiras avulsas localizadas próximas a uma das entradas da sala. Tal localização me possibilitou observar, de modo panorâmico, a cena social.

Naquele dia cheguei à *Casa* legislativa a fim de assistir ao culto. Os cultos acontecem sempre às quartas-feiras, de 08h30min as 09h45min, como havia me dito Pr. Isaías no meu primeiro dia de campo. No caminho em direção ao Plenário 13 observei que em outro Plenário estava sendo realizada uma missa católica com altar e indumentárias próprios, um padre e um coroinha trajados adequadamente⁹. Participavam daquela celebração cerca de quinze pessoas. Adentrando o Plenário 13, pontualmente, percebi que o mesmo estava ainda esvaziado. A composição dos cultos conta com uma maioria de homens (deputados, alguns assessores e funcionários da *Casa*). Às vezes, convidados dos deputados (advindos de suas bases religiosas ou políticas) participam da celebração quando estão em Brasília por causa de algum pleito político.

O dirigente do culto era o deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG). Frequentemente, o dirigente do culto ou o presidente da FPE, deputado João Campos (PSDB/GO), lembra aos irmãos sobre a importância daquela cerimônia, explicitando, sobretudo, que aquele espaço é de adoração

ao Senhor e o seu tempo não é o da política, mas sim o da igreja. A primeira atividade realizada é a preleção do dirigente que, em seguida, passa a palavra para o orador do dia. Frequentemente, a pregação é direcionada a um dos deputados (por conta de algum momento de indecisão ou de aflição pessoal) ou abarca ainda a consideração da FPE sobre algum acontecimento político. Naquela cerimônia, antes do início da liturgia, Leonardo Quintão orou pelo deputado Pedro Ribeiro que estava deixando o cargo porque o deputado titular estava voltando à sua vaga.

Leonardo Quintão lembrou aos irmãos sobre a importância da realização dos cultos enquanto forma de combater os males da carne. Por isso, o deputado ressaltou que todos os deputados evangélicos devem estar preparados para “dizer não às coisas do mundo” e capacitados para “dizer sim apenas para as coisas do Senhor”. Em seguida, o deputado Leonardo Quintão passou a palavra para o orador do dia. Pr. Pedro Ribeiro, que orou sobre a importância daquele ritual litúrgico:

Senhor, pedimos que este culto seja o reforço, o fortalecimento, o alimento poderoso para que ultrapassemos não só os minutos que estamos aqui, mas toda a quarta-feira e quem sabe sexta, sábado, domingo até a outra quarta. [...]. Bênção a reunião que teremos com o teu servo, João Campos, nosso presidente, que tudo seja feito conforme sua orientação, tudo conforme a tua vontade. (Transcrição e áudios de minha autoria).

O pastor Pedro Ribeiro continuou a pregação ressaltando o compromisso que os deputados filiados à FPE deveriam ter com aquela obra. Deste modo, lembrou aos irmãos do “pacto que nós temos, de orar pelo menos quinze minutos” e de não deixar “este trabalho sofrer qualquer abalo”. Assim, Pastor Pedro Ribeiro rogou para que os cultos se fortalecessem, pois, “Tu sabes Senhor, o valor deste culto, desta adoração aqui a cada quarta-feira”. Num tom profético, Pedro Ribeiro lembrou aos irmãos que outros cultos estavam sendo realizados em outros espaços da república federativa: debaixo das árvores do Anexo IV da Câmara dos Deputados e nos prédios dos Ministérios do governo federal. Todos estes cultos eram realizados pelos “servidores do Senhor” cuja Igreja “se espriaia, se estende por esta *Casa*, pelo Congresso Nacional”, disse Pedro Ribeiro.

Deste modo, Pr. Pedro Ribeiro deixava explícito os sentidos daquela ação comunicativa ritual: a invocação do religioso no espaço da política sacraliza discursos e posicionamentos, provoca efeitos no plano da política e legitima a obra dos “missionários na *Casa*”. Por isso mesmo, naquele tempo

ritual, Pedro Ribeiro rogou para que o Senhor usasse os funcionários da *Casa* – “do servidor mais simples até o nível mais alto” – em prol da realização da obra de Deus na *Casa*. Deste modo, mais uma vez, o espaço da política adentrado pela Igreja, é sacralizado. É nesse sentido que, naquele tempo ritual o discurso político do deputado Pedro Ribeiro, travestido de linguagem religiosa, procurou produzir efeitos no plano da política:

Pai levanta os teus filhos e filhas para que tenham aquele sentimento que invade o meu coração, que tem o privilégio de ser Teu missionário no Congresso Nacional. [...] Aqui é um lugar de proeminência, lugar estratégico da nação. É um privilégio ser missionário nesta Casa. Anima cada coração, queima cada coração repreenda todo medo, a falta de coragem de trabalhar, faça a partir desta Casa que a nação seja abalada, não com as críticas Senhor, com o descrédito que temos, mas dizer que no Congresso Nacional saem coisas maravilhosas, pessoas que anunciam a salvação, a redenção do senhor e o tempo que nos aguardam. [...]. Anima cada um. O tempo urge, o tempo se aproxima, nos preparemos para a tua vinda, Senhor, abramos os olhos para o que está acontecendo na sociedade. É que eu Te rogo agradecido em nome de Jesus. Amém e amém! (Transcrição e áudios de minha autoria, Grifos Meus).

A adoração durante os cultos é muito fervorosa. A igreja conclama Cristo por meio de glórias, aleluias e aplausos¹⁰. O tempo é o da igreja. A liturgia do culto é entremeada, pois, por hinos ministrados pelo José Duque que sempre solicita que os irmãos “fiquem de pé para glorificar ao Senhor!”. Naquele dia, um destes hinos falava que o crente deveria se diminuir para que o Senhor crescesse, pois, a presença dele é o “verdadeiro prazer” do crente. O outro hino versava que a verdadeira oferta do adorador de Cristo é oferecida ao Senhor e pelo Senhor. Ou seja, ambos os hinos corroboravam com o discurso de Leonardo Quintão acerca da necessidade do crente adorar tão somente as coisas do Senhor e se esquivar dos pecados da carne.

Dois outros momentos ocorrem de forma rotineira durante o tempo do ritual litúrgico. O primeiro deles é o testemunho público dos oradores sobre sua conversão ao Evangelho ou ainda uma explanação sobre fatos importantes que estejam acontecendo em suas vidas, seja pessoal, seja parlamentar. Assim, Pr. Pedro Ribeiro naquele dia testemunhou sobre sua vida decaída antes da conversão, reafirmando, pois, a mudança em sua vida assim que aceitou ser transformado por Jesus. Então, se o “Senhor dos milagres” restaurou sua vida, seria Ele quem reconduziria Pastor Pedro Ribeiro ao Congresso Nacional em 2011:

Agora eu estou enfrentando uma disputa ferrenha, nunca tive concorrentes, agora tem dois evangélicos, entrando na minha igreja, falando com meus irmãos. Mas se Ele quer me usar aqui no Congresso Nacional ainda, é Ele quem vai tocar no coração. É ele quem vai fazer milagres. Ele que não recua nunca, não vira as costas (Transcrição e áudios de minha autoria).

Após utilizar o púlpito como palanque de sua campanha a deputado federal, Pastor Pedro Ribeiro realizou a leitura da Palavra utilizada pelos oradores do dia, seja como corroboração de um pensamento, como metáfora para algum argumento da oratória ou como retórica mesmo da oração. No caso, a citação bíblica utilizada pelo Pastor versava sobre a justiça da ação de Deus na vida de todo aquele que crê. Logo, os empecilhos na vida do crente servem para “testar” a sua fé no poder sobrenatural de Deus. Assim, a palavra bíblica trazida por Pedro Ribeiro argumentava que mesmo em situações adversas quem está no comando da vida ordinária do crente é Deus, porque, sua lei é sempre justa e reta. Nesse sentido, pastor Pedro Ribeiro afirmou que o crente deve ser “dependente do Senhor” e espelhar suas atitudes em Cristo.

Terminando sua fala, pastor Pedro Ribeiro rogou que todos os irmãos saíssem plenos daquele rito para “viver uma quarta-feira, quiçá de quarta a quarta feliz, alegres, animados, cantando, para gente viver esta vida felizes na presença de Deus”. Por fim, Pastor Pedro Ribeiro realizou o segundo momento rotineiro do ritual quando ao final da pregação, o orador faz a pergunta que, uma vez confessada publicamente, transforma a vida da pessoa: “alguém aqui quer aceitar Jesus como seu Salvador?, tornar-se vitorioso? É o que falta para você ser feliz, feliz em seu coração, você sairá transformado, registrado no livro da vida do senhor”. Naquele dia, ninguém “aceitou Jesus¹¹”.

Em seguida a este momento ritual, como a fé é viva e é para este mundo, ocorre do orador do dia perguntar se algum irmão estaria passando por dificuldades. Caso haja alguém, toda a Igreja unida ora pela restauração espiritual do “irmão”. Naquele dia, como ninguém solicitou oração, Pedro Ribeiro passou a palavra para João Campos, não sem antes fazer a propaganda do *compact disk* “Pedras do Ribeiro” lançado por ele em parceria com Pr. Isaías, Josué, Marcos e Jacó, secretários da FPE.

O tempo rotineiro do culto é frequentemente interrompido por eventos do “tempo da política¹²”, que invade o espaço sagrado, trazendo à cena a linguagem própria da política: a exacerbação das filiações religiosas

e políticas entre aqueles parlamentares. Naquele dia, o deputado Major Fábio (DEM/PB) pediu a palavra ao Pr. Pedro Ribeiro a fim de solicitar que ele orasse pela vida do pastor da Assembleia de Deus do Acre, que lá estava para conhecer “as atividades da Frente”. Do mesmo modo, solicitou a adesão dos “irmãos” da FPE para a obstrução¹³ regimental ao Projeto de Emenda à Constituição/PEC¹⁴ 300 que propunha conferir plano de carreira para policiais e bombeiros militares.

Após o pedido do deputado Major Fábio, João Campos, presidente da FPE, tomou a palavra e reafirmou a adesão da “Frente”, como entidade estrategicamente mobilizada, a favor da PEC 300: “conte conosco”. Em seguida, João Campos iniciou os costumeiros relatos administrativos que abarcam ainda referências às autoridades políticas e religiosas presentes nos cultos. Naquela ocasião, João Campos registrou a presença do pastor Rafael, “meu amigo”, da Assembleia de Deus de São Paulo, que “fez também a viagem a Israel, com quem estabeleci uma comunhão muito sadia”. Outros deputados solicitaram ainda “um minuto” a João Campos a fim de informar a presença de “amigos, irmãos e parceiros” na cerimônia e estes receberam as boas vindas dos irmãos.

Por fim, João Campos pediu permissão ao Pr. Pedro Ribeiro para que o “nosso irmão deputado Raimundo” (Santos, um dos idealizadores da FPE) fizesse a oração final. Contudo, antes de proferir a oração final, Raimundo Santos deu um testemunho espiritual no sentido de corroborar com as palavras de Pr. Pedro Ribeiro em relação ao comprometimento do “irmão” José Duque à vida evangélica. Mais uma vez, o tempo religioso toma a cena se sobrepondo ao tempo da política, mas se a intenção é religiosa, o gesto é político. Raimundo lembrou aos irmãos que José Duque tinha sido seu assessor parlamentar quando foi deputado estadual no Pará¹⁵. Naquela época uma “irmã” da Assembleia de Deus de Paragominas/PA teve uma visão na qual ele e José estariam “com um monte de autoridades cantando e clamando”. Ora, “os anos se passaram e aqui nos reencontramos, quando fundamos na legislatura passada um ministério de louvor”. Deste modo, ressaltou que o “testemunho apaixonado” de Pr. Pedro sobre José Duque é condizente com os propósitos de Deus, pois, “José foi convocado por Deus para fazer parte deste trabalho [como ministro de louvor dos cultos]”.

Em seguida, Pastor Raimundo Santos se voltou à “comunidade de fé” ali reunida e proferiu uma oração pelos “irmãos” que iriam concorrer aos cargos do legislativo nas eleições de 2010. Assim, o tempo da política volta à cena sacralizada pela invocação da filiação religiosa existente entre

aqueles parlamentares: a palavra de Deus não é vã, por isso, “se Deus falou com você a vitória é sua, tudo está na vontade de Deus!”, disse Raimundo Santos. Em seguida, o pastor reforçou a invocação do sagrado no sentido de que a filiação religiosa existente entre aqueles parlamentares fosse considerada no plano da política, doravante sagrada e sacralizada. Deste modo, aproveitando o tempo e o espaço adquiridos naquele ritual, Pr. Raimundo solicitou o apoio da FPE em relação à “nossa reivindicação de plebiscito pelo Estado de Tapajós e Carajás, apelo que vem de lá do nosso povo de Santarém/PA”.

Em mais uma interrupção do tempo do ritual (agora não rotineiro, logo, fora do padrão) uma das “irmãs”, funcionária da *Casa*, pediu um espaço para proferir uma palavra à “amada Igreja”, a “esposa de Jesus”. Pastor Raimundo concedeu um instante a ela que leu uma mensagem cujo tema versava sobre a fé que o crente deve depositar no poder sobrenatural de Deus – “sê fiel, quando o inimigo se erguer com furor, ele não te abaterá, o Inimigo te ataca com furor, mas o Senhor, o abaterá”. Toda a Igreja aplaudiu a mensagem, sob aleluias e glórias. Pastor Raimundo retomou a direção do culto e pronunciou uma oração final na qual rogava que Deus continuasse abençoando Pastor Pedro Ribeiro que iniciou aquela “grande empreitada” por meio da qual os parlamentares evangélicos poderiam concretizar os planos da igreja para a sociedade. Nesse sentido, Raimundo Santos orou:

Unja Senhor, dote de capacidade os deputados para discernir esta grande iniciativa que seu servo teve [Pedro Ribeiro]. Dê capacidade para discernir, a sabedoria para dar o seu recado e te acompanhando Senhor e vivendo no seu Espírito Santo, direcionando os seus passos, do presidente João Campos, de cada um que aqui está, abençoe as nossas famílias, dê-nos uma semana maravilhosa, abençoada. Que sigamos na tua direção, este é o nosso louvor, a nossa oração, em nome de Jesus, amém!

Finda a benção final, Raimundo Santos passou a palavra para João Campos que finalizou o culto “em nome de Jesus!”, mas não sem antes solicitar que todos os irmãos cumprimentassem “a pessoa ao seu lado e desejasse a ela um bom dia”. Todos os “irmãos” se saudaram. Durante o trabalho de campo, percebi que o deputado João Campos sempre terminava o culto proferindo estas frases. Tratava-se, de fato, de um gesto que marcava a redundância presente na formalidade daquele ritual (Peirano, 2003). Inclusive, na maioria dos cultos dos quais participei, fui agraciada com a saudação e o aperto de mão dos irmãos.

Após os cumprimentos fraternais, os parlamentares evangélicos se dirigem as salas das comissões das quais participam. Os pastores ou políticos locais convidados, entretanto, aproveitam para conversar ali mesmo ou “marcam uma hora” com algum deputado¹⁶. Outrossim, parlamentares conversam entre si, assessores levam documentos para serem assinados, secretários da FPE conversam com os parlamentares. Após o tempo religioso, os efeitos simbólicos da relação entre invocação religiosa e palavra e ação políticas são evidenciados. O espaço do sagrado é agora tomado pelas atividades próprias da política: estabelecimento e reafirmação de laços, afetos, filiações políticas.

Ora, se a palavra agora é da política, dos acordos e alianças, dos negócios e das negociações entre a grande política e sua “base eleitoral” (Bezerra, 1999) estes são realizados por que o nome de Deus foi evocado para concretizar a aliança política entre os irmãos. Isso por que, os cultos evangélicos, enquanto rituais, produzem efeitos e possuem eficácia simbólica por que o dito significa também o feito. Igualmente, os cultos são marcados por um caráter performativo da ação ritual que possui eficácia, pois, o fazer e o falar são ações sociais (Peirano, 2001). Afinal, neste rituais o que está em jogo é a “eficácia performativa do discurso” (Bourdieu, 1996, p. 82) cujo “poder do verbo” (César & Shaul, 1999, p. 69) tem efeitos no plano da política.

É neste sentido que, estes rituais de “louvor” permitem que a FPE exerça a fusão (união entre os irmãos e filiações e adesões políticas), a repetição (do discurso da missão política dos evangélicos de prover “boas safras” para a Nação) e a rigidez (da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes). Por isso mesmo, o culto evangélico, enquanto ritual antropológico, diz e faz por que transmite valores e conhecimentos, consolida laços, resolve conflitos e reproduz relações sociais (Peirano, 2003). Nesse sentido, o ritual do culto evangélico na *Casa do Povo* é uma ação eficaz (Peirano, 2003, p. 47), pois, aciona crenças religiosas que constituem a visão de mundo evangélica em contraposição a valores preconizados pela sociedade contemporânea (como a diversidade e o relativismo cultural) no espaço máximo da República.

Da liminaridade da situação etnográfica aos achados antropológicos

Mesmo tendo participado em meu primeiro dia de campo de um culto evangélico promovido pela FPE, nos demais cultos por mim observados, continuava a sentir uma espécie de constrangimento moral (de ordem laica) quando estava lá, participando de um rito religioso em pleno espaço do legislativo. Como poderia haver um tempo e um espaço para um rito religioso no lugar mais democrático da República? Todavia, como o próprio tempo do trabalho de campo orienta os rumos da pesquisa etnográfica, quando revi meus diários de campo percebi que aqueles cultos eram o meu achado etnográfico¹⁷. Primeiro por conta de seu caráter etnográfico inédito; segundo por que possibilitavam analisar os trânsitos e deslocamentos entre o “tempo da política” e o tempo da igreja e as sobreposições entre o púlpito e o palanque realizados pelos parlamentares religiosos no cotidiano da “grande política”.

A meu ver, é durante o espaço sagrado do culto que as boas novas proferidas pelos “Servidores de Cristo” para a sociedade brasileira são sacralizadas. Assim, a ação política evangélica, sacralizada pelo sagrado, legitima a atuação da FPE em operações estratégicas políticas prioritárias. Deste modo, a invocação do religioso na ação política evangélica torna a presença destes religiosos não apenas pública, mas produtora de efeitos especialmente para a pauta de garantia de direitos humanos. Estas crenças religiosas vem se engajando em disputas sociais no espaço público que, tornadas controversias, dão visibilidade a determinados agentes justamente por que quando praticadas organizam discursivamente um espaço simbólico comum.

O que estou procurando apontar é que a realização de cultos evangélicos no Parlamento brasileiro aponta para uma imbricação entre mundos (aparentemente) outrora separados. Logo, permitem entender em que tempos e em quais espaços fé e política se imbricam na sociedade brasileira; que modalidades de religioso e de laicidade são engendradas nestes tempos e espaços. Nesse sentido, a participação da religião no espaço público brasileiro e as controversias que engendram seriam “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas” (Giumbelli, 2002b, p. 96) da sociedade brasileira.

Todavia, a “passagem da ética e da prática religiosas comunitárias às especificidades do jogo político” (Miranda, 1999, p. 282) que grafo neste artigo não são imbricações inéditas. Diversos autores brasileiros tem analisado a participação evangélica na política e a relação entre religião e política no espaço público. De fato, as causas e os efeitos da entrada de evangélicos na

política brasileira engendraram a produção de uma literatura na sociologia e na antropologia da religião bem como nas ciências da religião tão extensa e diversificada quanto são os próprios evangélicos e suas formas de atuação no mundo¹⁸. Por isso mesmo, o agenciamento da lógica da política pela lógica da religião continua a ensejar perguntas sobre as atividades desses grupos religiosos *na* política (Goldman, 2006).

No campo religioso brasileiro, a participação de representantes religiosos na esfera pública é notória (seja em canais de televisão, na internet, nas decisões do estado, em cargos políticos). Por isso, considero os sentidos desta participação e os efeitos que ela produz no campo político através do entendimento que o espaço público é um ambiente onde a religião pode comunicar (publicizar discursos) e produzir ditos e feitos. Ora, no mundo moderno, a religião não se constituiu como uma instância separada das demais instâncias sociais legitimadas pela criação de Estados Nacionais. Assim, o ideário de laicização do Estado (ou a teoria weberiana de racionalização do sagrado) não se deu no mundo empírico de maneira a radicalizar na vida social a separação entre modernidade e religião (Giumbelli, 2002a).

Deste modo, falar de religião na modernidade requer considerar como o religioso se relaciona com a modernidade, com os Estados e com as leis democráticas. Logo, há que se investigar como o processo de secularização se relaciona com as modificações e reificações sofridas pela crença na sociedade moderna bem como quais são as condições (históricas e contextuais) das crenças nas sociedades modernas. Isso porque, o Estado moderno não se desvinculou da religião, mas sim abarcou demandas religiosas de Igrejas que também tiveram que considerar o Estado moderno (Giumbelli, 2002a).

Neste cenário, modernidade e religião se relacionam, pois, a primeira criou os critérios de atuação da segunda no Estado moderno. Por isso mesmo, o modelo de laicidade deve ser apreendido não como um arcabouço teórico separado da religião, mas uma ideia que deve ser analisada como um das modalidades concernentes à relação entre religião e Estado e sobre a regulação do “religioso” no Brasil atual (Giumbelli, 2002a). Logo, a laicidade não seria polo de oposição à religião.

Como propôs Daniele Hervier-Léger (1999) o desafio para os estudiosos da religião neste século é buscar uma abordagem sociológica que analise o tema considerando que o mundo deixou de ser prioritariamente religioso (no sentido da uniformidade cristã medieval). Todavia, na modernidade, a religião continuar a ocupar o espaço público, agenciar crenças, produzir valores, reivindicar um lugar na elaboração de propostas políticas.

No caso brasileiro, como disse, a religião ocupa o mundo público e o político com gestos e intenções baseados em uma missão específica: se a Igreja está mundo, ela precisa proferir as boas novas e prover a sociedade de bons costumes. Assim, sagrado e profano¹⁹ se conjugam (assim como Estado e Igreja, política e religião) no cotidiano do campo político brasileiro através da participação destes religiosos. Mas, se estes religiosos se interessam por ditos, eles também primam por feitos.

Logo, a metáfora “ser um missionário” no Congresso Nacional, proferida por Pedro Ribeiro no culto etnografado neste artigo, pode ser entendida em dois sentidos. O primeiro versa sobre o comprometimento do crente com a obra de Deus, por exemplo, por meio da continuidade da realização dos cultos. O segundo considera que o exercício da política pelos evangélicos deve se pautar pela luta em prol das “bandeiras do Evangelho”: a vida desde a concepção, a família heterossexual e a extinção de vícios (pornografia, pedofilia e drogas) da sociedade brasileira. É nesse sentido que Pr. Pedro Ribeiro trouxe para aquele tempo do ritual o discurso acerca do comprometimento dos “missionários da Casa”, no plano da política, com as bandeiras do Evangelho. Deste modo, os deputados deveriam ser “servidores de Cristo” na Casa legislativa atuando não apenas no mundo espiritual, mas também no/para o mundo mundano.

Nesse sentido, a defesa das bandeiras do Evangelho engendrada por evangélicos no cotidiano da política se dá a partir do deslizamento da Igreja “fora-do-mundo” (das coisas e bens religiosos) para a Igreja “dentro-do-mundo” (das coisas e bens da política) que, por fim, deságua na “Igreja-para-o-mundo”. Pois estar no mundo e na política permite que os escolhidos de Deus verbalizem o religioso, promovendo efeitos na política e transformando a sociedade. Logo, a imbricação entre ideologia religiosa e participação política permite que os evangélicos saiam dos muros da Igreja e ocupem o mundo (o “fora”) “invadindo”, por exemplo, o espaço e o “tempo da política”. Assim, os crentes antes doutrinados para uma vida espiritual “dentro-do-mundo-da-igreja” (especialmente durante os cultos) podem também agora

entrar no mundo, vencer o mundo, quebrar os laços que o prendem às forças do mal. Para que isso aconteça, deve-se viver intensamente no mundo, embora como se nele não estivesse; e usar todos os momentos do cotidiano para anunciar a vontade de Deus na purificação e transformação dos seres humanos. A partir desta convicção, pastores, obreiros, crentes tornam-se missionários nos desafios do

dia-a-dia, onde tudo parece negar as “boas novas” anunciadas nas prédicas, cânticos, orações, na entrega pessoal, no êxtase manifesto pelos dons do Espírito – enfim, em todos os momentos passados dentro do templo (César & Shaull, 1999, p. 94, Grifos Meus).

Sendo assim, considero que o deslizamento Igreja-fora-do-mundo para Igreja-dentro-do-mundo se revela justamente no ritual litúrgico promovido pela FPE na *Casa* legislativa, conclamando, deste modo, uma Igreja-para-o-mundo que pressiona regras universais que consideram o Estado republicano laico como opositor às coisas religiosas. Logo, “ser missionário de Deus” no Congresso Nacional permite o deslizamento do “tempo da igreja” para o “tempo da política” (e vice-versa) em diferentes espaços e tempos da política. Se a Igreja deve estar também *para o mundo*, como lembrou o deputado Henrique Afonso “nós é que temos que ser a boca de Deus, a atitude de Deus onde nós estivermos. Nós temos que exercer o nosso poder de influenciar as diversas áreas da sociedade, os diversos segmentos” (Brasília, 2010).

Dessa forma, nos cultos da FPE na “Casa do Povo”, os Missionários da Casa não apenas verbalizam que a Igreja está no mundo nem intencionalmente apenas “ganhar almas” de funcionários e deputados da Câmara para Jesus. O objetivo da FPE é grandioso: a partir da invocação do religioso travestem as bandeiras do Evangelho em projetos de lei que, concretizados, se tornam ações que produzem efeitos no plano da política. É assim que, outorgados pelo sagrado, estes parlamentares religiosos podem reescrever a história do Brasil e refundar a sociedade.

Podem os evangélicos ocupar o mundo da política?: apenas notas provisórias

A etnografia ora descrita versa sobre como a FPE agencia formas de politização pentecostal e de sacralização da política. De todo modo, é notório que o espaço público brasileiro vem sendo marcado por valores e por práticas religiosas que parecem desfazer a ideia de que “o político” refere-se a um domínio particular que, “de acordo com o paradigma instituído pela modernidade [...], tem indiscutível caráter secular” (Miranda, 1999, p. 282). Todavia, neste cenário, há que se considerar a relação entre o mundo da política e outras esferas nas quais os políticos profissionais ad-

quirem disposições e competências necessárias às funções de representação política (Canêdo, 2002). Em tais domínios (como os partidos políticos) há “experiências múltiplas de politização das relações sociais que permitem mediar às relações entre os chamados ‘políticos profissionais’ e a ‘sociedade’” (Damasceno & Duarte, 2009, p. 2).

No caso dos políticos da FPE, as disposições necessárias para participar da política profissionalizada (Canêdo, 2002) vinculam-se prioritariamente às demandas que tratam da promoção de projetos de leis que defendam os bons costumes da família religiosa brasileira. Desse modo, projetos que propõem a defesa da “vida em si” tornam-se retórica peculiar a partir da qual estes “políticos profissionais” empreendem e mobilizam sua participação nos meandros do legislativo.

Por outro lado, o mandato de parlamentares evangélicos também estão vinculados a outras filiações como as partidárias, ideológicas, regionais, de classe e os vínculos laborais e trabalhistas. Por isso mesmo, considero que outras “bandeiras” são preconizadas pelos “missionários da Casa legislativa”, especialmente aquelas que pleiteiam a obtenção de recursos (materiais ou imateriais) para a base eleitoral (política e religiosa). Como vimos nesta etnografia no pedido do deputado Major Fábio para que os irmãos da FPE aderissem a PEC 300.

Nesse sentido, Pastor José Duque, secretário da FPE, apontou para a relação entre base ideológica partidária e preceitos da Igreja. Segundo ele, a Igreja evangélica condena quaisquer formas de violência bem como entende que não se pode invadir a propriedade privada. Mas, alguns deputados da FPE – como Walter Pinheiro e Gilmar Machado, petistas – defendem a Reforma Agrária como meio de obtenção de “justiça social”. Ora, explicou José: o deputado crê que “não está roubando nada”, pois “ele é o Estado também, a sociedade é o Estado”. Já a Igreja tem “a visão de que não é do Estado que [a terra] pode ser de um fazendeiro”. Igreja e parlamentar possuem posicionamentos contrários sobre o tema da Reforma Agrária, mas a Igreja não “vai chamar a atenção” do deputado por que ele é a favor do Movimento dos Sem Terra “por que aí entra um ponto de vista ideológico que acaba justificando o ato”. Segundo José os deputados tem “liberdade para pensar assim”, contudo, os deputados evangélicos não podem “nem pegar em armas nem matar, por que aí entra uma questão bíblica”.

Da mesma forma, Jose Duque ressaltara que o comprometimento de parlamentares evangélicos com causas ideológicas e pleitos partidários não anula o comprometimento com a doutrina da igreja²⁰. Segundo ele,

Walter Pinheiro (BA) e Gilmar Machado (MG), petistas e evangélicos, figuram a lista dos “mais assíduos nos cultos da FPE” e são os “deputados mais esquerdistas aqui na Câmara [entretanto] são os deputados que mais conheço o comportamento exemplar”. Walter Pinheiro e Gilmar Machado “já foram de sindicatos, de movimento estudantil”, logo, são “o pessoal da esquerda mesmo”, mas são “os deputados que mais tem compromisso com a Igreja e com a Bíblia”.

Como vemos a participação evangélica na política não se vincula apenas a uma causa nem está isenta de conflitos, dissensos, disputas entre doutrina da Igreja, projetos ideológicos e interesses dos partidos políticos. É neste sentido que, José Duque afirmou que, desde sua fundação, a FPE se pauta em dois propósitos O primeiro diz respeito à “responsabilidade de cada parlamentar dentro desta visão constitucional em relação a Projetos de Lei que a gente considera prejudicial à sociedade e não só a Igreja”. Ou seja, a FPE, enquanto entidade mobilizada, “tem uma coerência” em “defender os projetos que são bons e ser contra os projetos de lei que, principalmente, do ponto de vista moral, são ruins”. O segundo motivo versa sobre a “responsabilidade parlamentar” do evangélico de “fazer uma política mais social, mais justa”, de acordo com o princípio cristão. Deste modo, é dever do parlamentar evangélico se comprometer com “um Estado mais justo, mais eficiente, uma sociedade mais igualitária”.

É nesse sentido que, João Campos reforçava, em seus discursos oficiais, que a FPE não lidava apenas com “negócio espiritual”, pois, a igreja também se engaja em assuntos importantes para a sociedade brasileira e não apenas em temas de cunho moral. Nesse sentido, João Campos argumentava a favor da atuação política evangélica em dois sentidos: realizar as atividades da política de modo mais qualitativo (no sentido de justiça social) e representar o segmento evangélico.

De fato, múltiplos vínculos e laços da política são operacionalizados pela FPE no cotidiano da política profissionalizada no sentido de atender demandas diferenciadas (base eleitoral, partidos políticos, bancadas). Entretanto, a FPE vem se concentrando em um posicionamento no Parlamento que privilegia discursos e ações a “favor da vida em si”. É desta forma que, se há um valor ético do crente no intuito de promover igualdade e justiça social, são questões morais e controversas aquelas possíveis de ser travestidas, a partir de uma concepção religiosa, em linguagem e ação que fazem efeito na política.

Sendo assim, a (in) vocação do religioso durante os cultos marca uma

passagem de um apolitismo para uma ação política que, embora atuante em múltiplas temáticas políticas, inscreve preferências temáticas. Logo, se os evangélicos (enquanto políticos profissionais) agenciam representação e participação políticas vinculando o exercício cotidiano da fé a “uma espécie de investimento nas atividades do século [as coisas e bens da política], reinterpretando, assim, o histórico processo de secularização do estado” (Damasceno, 2004, p. 40), tal reinterpretação da secularização do estado vem sendo feita pela FPE atingindo temáticas específicas e não gerais.

Ora, os evangélicos enquanto políticos profissionais, ao invocarem o religioso, evocam uma sociedade moral e suas ações se transmutam na preferência por determinadas temáticas seculares específicas e ações e estratégias políticas prioritárias. Isso por que são temas morais – como o aborto – aqueles possíveis de atender as demandas da igreja e se constituir estratégia de ação evangélica na política profissionalizada realizando o que *comumente* seus partícipes *fazem*: “acordos, arranjos, favores, pedidos, promessas, articulações, manipulações, acusações, barganhas” (Goldman, 2006, p. 118).

Assim, o posicionamento comunicativo e a ação política contra o aborto permitem que estes políticos se unam a demais atores políticos (católicos e espíritas), barganhem votos, façam acordos, obtenham apoio em votações, exercitem a política tal como ela é praticada em sintonia com os anseios morais da Igreja. Dessa forma, se há um projeto político de cunho religioso que é verbalizado a partir do plano do sagrado, no feito político, os evangélicos devem privilegiar uma ação em consonância com o modo de fazer política brasileira. Logo, tempo da igreja e “tempo da política” se fazem presentes no modo evangélico de fazer política por que é a partir da imbricação entre invocação religiosa e ação política que este grupo pode fazer *Frente* na Casa legislativa de forma a produzir efeitos na política e transformar a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o projeto político evangélico²¹ parece ser a tomada da “posse para Deus, por meio da guerra espiritual e da ação concreta, das coisas de que o Diabo por muito tempo governou” (Mariano, 1999, p. 103). A saber: restaurar a ordem moral cristã através do uso da mídia e da ocupação em cargos políticos, objetivando estabelecer uma “dominação cristã do Estado e da vida privada” (idem, p. 104). Tal prerrogativa permite que a FPE direcione sua representação e participação políticas para o governo do destino e dos costumes da Nação por meio da realização de cultos que promovem deslizamentos e trânsitos entre o “tempo da política”

e o tempo da igreja.

É nesse sentido que suspeito que, contemporaneamente, setores evangélicos participam do espaço da política atuando “para-o-mundo” (mesmo se opondo a certas coisas do mundo) agenciando, pois, o espaço público brasileiro por meio da lógica não sectária (Mariano, 1999, p. 90). Deste modo, os evangélicos procuram não apenas se tornar a Igreja do amanhã (concorrendo com a Igreja Católica pela posição de religião civil). Mas, sobretudo, tornar, através do deslizamento entre tempo da igreja e tempo da política, o mundo dos ímpios no mundo dos justos.

Notas

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado intitulada “A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro defendida em Agosto de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. (cf. Duarte, 2011).

¹ Casa é uma categoria nativa. Em diversas situações tal designação foi utilizada para se referir seja a Câmara dos Deputados, seja ao Congresso Nacional (as duas Casas). Na época do trabalho de campo não me preocupei, contudo, em saber o porquê de tal categorização. Talvez por que tenha ficado clara para mim que Casa era para aqueles que a frequentam o espaço onde se legisla. Neste artigo grifo Casa em itálico.

² Os cultos promovidos pela FPE obedecem ao calendário oficial do Congresso Nacional. Assim, o primeiro culto do ano é realizado na quarta-feira seguinte ao primeiro dia útil de fevereiro quando se inicia o ano legislativo na Câmara dos Deputados. Durante o “recesso branco” na Casa por conta das eleições majoritárias, os cultos cessaram. Em, 18 de agosto de 2010 (na semana de “esforço concentrado”) a FPE realizou mais um culto (do qual também participei). Em 10 de novembro de 2010, voltei ao campo para tentar “fechar questões”. Na ocasião, assisti ao culto no qual a FPE apresentou os novos deputados eleitos.

³ Mariza Peirano (2003) aponta para uma “historiografia canônica” (p.17) sobre os rituais, a começar por Durkheim e Mauss, Frazer e Tylor, passando por Van Gennep e Bateson, Gluckman e Turner, até Leach e Lévi-Strauss, para, finalmente, chegar às análises de Tambiah. Considero, a partir da autora, que os rituais são: etnográficos, possuem uma forma específica, não devem ser apreendidos *a priori*, são signos comunicativos que revela representações e valores, reforçam o que há de comum em um determinado grupo social, transmitem valores e conhecimentos, resolvem conflitos e reproduzem relações sociais (cf. Peirano, 2003, p.10).

⁴ Os nomes daqueles atores sociais que não possuem notoriedade pública foram alterados. Os nomes dos deputados não foram alterados, pois, entende-se que são figuras públicas que proferem discursos como autoridades políticas. José Duque foi convidado pelo deputado Pedro Ribeiro para exercer a função de “mestre de louvor” dos cultos. Cargo este que executa até hoje.

⁵ Frente é a forma cotidiana e informal como os parlamentares e secretários se referem a Bancada Evangélica.

⁶ Entrevista com José Duque, secretário da FPE, realizada no dia 14 de abril de 2010.

⁷ A filiação denominacional obedece à indicação expressa na biografia de cada parlamentar disponibilizada pelo *site* da Câmara. Por isso mesmo é um tanto genérica, pois não considera as diferentes vertentes existentes dentro de cada denominação.

⁸ Os dirigentes e oradores dos cultos são escolhidos (pelo dirigente do culto anterior) ou se prontificam a conduzir a liturgia no próximo culto.

⁹ Missa católica que não presenciei novamente durante a continuidade do trabalho de campo.

¹⁰ Vale dizer que em nenhum dos cultos por mim observados ocorreu à manifestação do falar em línguas estranhas – glossolalia – que é um dos carismas do Espírito Santo (profetizar, curar, falar línguas estranhas, exorcizar) recebidos pelos crentes. Fenômeno identificado como pertencente aos primórdios do pentecostalismo (cf. César & Shaull, 1999).

¹¹ Dos quinze cultos por mim observados, apenas em um deles alguém aceitou publicamente “Deus como seu único Salvador”. Na ocasião o deputado Leonardo Quintão fazia a oração final e ao fazer a pergunta, um funcionário do setor de limpeza da *Casa*, foi até a frente do púlpito e disse aceitar Jesus. Todos aplaudiram e o deputado solicitou que ele passasse no seu gabinete por que ele iria ganhar uma Bíblia.

¹² “Tempo da política” aqui remete não apenas ao início do período eleitoral, mas a interrupção do tempo ordinário do cotidiano que acaba, pois, sobrepondo às atividades cotidianas reconhecidas e legitimadas historicamente, outros tipos de eventos.

¹³ “A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, à ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas Lideranças e comunicada à Mesa”. (Regimento Interno da Câmara, Resolução no 17, de 1989, p. 98).

¹⁴ Projeto de Emenda à Constituição trata de uma atualização da Constituição Federal. É uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal. Em função disso, requer quórum quase máximo e dois turnos de votação em cada uma das *Casas* legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. (cf. Regimento Interno da Câmara Resolução nº 17, de 1989, p. 161-162).

¹⁵ Segundo José Duque ele foi assessor de Raimundo Santos quando este foi deputado estadual em 1986. José trabalhou para a família “Santos”, em diversos cargos de confiança, durante os anos que morou no Pará.

¹⁶ De acordo com Bezerra (2001) o modo brasileiro de fazer política compreende uma imbricação entre a política institucional e a política local. Nesse sentido, os deputados federais devem estar atentos aos pleitos do município ao qual sua candidatura, logo, seu mandato parlamentar, está vinculado. É um “dever” do parlamentar obter os recursos para as localidades que representam” (p. 204). Isso por que, assegurar recursos avalia, de certo modo, a “eficácia e [o] poder” que possui o parlamentar no Congresso Nacional.

¹⁷ Especialmente por que no meu primeiro dia de campo fui ao Congresso Nacional a fim de me apresentar a FPE no intuito de iniciar o trabalho de campo. Não havia feito qualquer contato com a FPE sobre minha pesquisa nem mesmo sabia da existência de tais cultos. Todavia, naquele dia, para minha surpresa, andando pelos corredores da casa me deparei com uma placa: Culto da FPE, Plenário 13. Entrei no recinto e participei do culto.

Confesso que, apesar da grata surpresa em achar aqueles que fui procurar, fiquei um tanto atônita em ver uma celebração religiosa sendo feita no cotidiano mesmo do legislativo. Após o término da cerimônia, me apresentei a um dos seus organizadores. Pr. Isaías logo me convidou para participar todas as quartas-feiras dos cultos que a FPE realizava. E assim fiz durante quatro meses.

¹⁸ Tais estudos privilegiaram, sobretudo, a relação entre laicidade, pluralismo religioso, democracia e liberdades religiosas e laicas. Para citar apenas algumas obras e alguns autores: Baptista (2009), Birman (2001), Burity (2007, 2008), Campos (2006), Freston 1993, 1994a, 1994b, 1996, 1999, 2006), Giumbelli (2000a, 2000b, 2004, 2008), Machado (1996, 2006), Mafra (2000, 2001), Mariano (1999), Mariz (1997), Montero (2006), Oro (1996, 2008), Oro & Steil (1997) Pierucci (1996), Sanchis (2001), Steil (2001).

¹⁹ Durkheim (2003) afirma que apesar de a vida religiosa caracterizar-se pela separação entre um mundo sagrado e outro profano, a natureza dessa separação deve ser distinguida. Todavia, tal distinção seria anterior à constituição do pensamento religioso, uma vez que surge da classificação necessária ao ordenamento da vida social. É nesse sentido que deve se considerar que uma mesma coisa pode ser sagrada ou profana dependendo da posição que ocupa em um determinado mundo.

²⁰ Segundo a radiografia do Congresso Nacional realizada pelo DIAP (2011) as frentes parlamentares “perderão espaço na próxima legislatura, especialmente em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal que atribui aos partidos a titularidade dos mandatos” (p. 35). Assim, com esta decisão, o parlamentar (então dono do mandato) “agora terá que votar segundo o comando do partido” (idem). O DIAP (2011) entende que tal medida diminui o “poder de barganha das bancadas informais, que ameaçavam votar contra temas estratégicos para o Governo se seus pleitos não fossem atendidos” (idem), pois, “havendo conflito entre o interesse da bancada e a orientação do partido, o parlamentar terá que ficar com esta.” (idem).

²¹ Mariano (1999), contudo considera este projeto muito mais vinculado ao ideal neopentecostal que não parece ter quaisquer receios de “ocupar o mundo”, como é o caso da IURD. Vale dizer que a FPE abarca tradições pentecostais e neopentecostais. Entretanto, considerando as formas de sua atuação na política, considero pertinente tal aceção trazida pelo autor. Outra consideração feita por Mariano (1999) é que as “novas formas de inserção e de acomodação à sociedade” (p. 104) engendradas pelas Igrejas evangélicas não abarcam a entrada deste grupo em sindicatos e em movimentos sociais amplos, como o MST, por exemplo. Contudo, a fala de José demonstra que a não inserção evangélica em movimentos sociais se relaciona mais com a base ideológica do partido bem como com sua trajetória pessoal do que por causa de uma imposição da FPE ou da Igreja.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Izabela Hendrix, 2009.

BEZERRA, M. O. *Em Nome das Bases*. Política, Favor, e Dependência Pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

- _____. Políticos, representação política e recursos públicos. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 181-207, julho de 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996a.
- BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara, Resolução no 17, de 1989.
- BRASÍLIA: Câmara dos Deputados, Ata da 193ª Sessão, 18 de setembro de 2003 (mimeo).
- BRASÍLIA: Senado Federal. Notas taquigráficas do Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH, 24 de março de 2010.
- BURITTY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Antropológicas*, v. 18, n. 2, p. 7-48, 2007.
- BURITTY, Joanildo. Religião, política e cultura. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITTY, J. & MACHADO, M. (org.). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editorial Massangana, 2006.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002. Disponível em <<http://leticianedo.blogspot.com/search/label/Artigos>>, acesso em 21 de setembro de 2009.
- CASANOVA, José. *Public Religions in the modern world*. Chicago and London: University Chicago Press, 1999.
- CÉSAR, Waldo & SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*. Promessas e desafios. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1999.
- DAMASCENO, Caetana & DUARTE, Tatiane S. Repensando novos contextos de negociação política e o lugar das demandas e das identidades religiosas na política institucional e de facções: um estudo de caso. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33, 2009, Trabalho Completo... Caxambu: ANPOCS, 2009, 1-30.
- DAMASCENO, Caetana. *Do Dom ao Voto: Ethos Religioso e Representação Política em um município da Baixada Fluminense/RJ*. 2004 (Mimeo).
- DIAP. *Os “cabeças” do Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. Edição nº 17, Ano XVII, 2010.
- _____. Série de estudos políticos. *Radiografia do novo Congresso Nacional*. Legislatura (2011-2015). Edição nº 5, Ano IV. Brasília, 2011.

- DUARTE, Tatiane S. “A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UnB, Brasília, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: b Martins Fontes, 2003.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1993.
- _____. *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. In: Vários autores. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994a.
- _____. *Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembléia de Deus*. In: *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 3, 1994b.
- _____. *As Igrejas Protestantes nas eleições gerais brasileiras de 1994*. *Religião e Sociedade*, v. 17, n. 1-2, p. 160-188, 1996.
- _____. *Protestantismo e democracia no Brasil*. *Lusotopie*, Pessac Cedex, p. 329-340, 1999.
- _____. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- GIUMBELLI, Emerson. *A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2000b, p. 87-119.
- _____. *O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002a.
- GIUMBELLI, Emerson. *Para além do “trabalho de campo: reflexões supostamente Malinowskianas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, fevereiro, 2002b.
- _____. *Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.18, n. 52, p.1-13, 2004.
- _____. *A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008.
- GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia*. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HERVIEU-LÉGER, Daniele. *Le pèlerin et le converti: La religion en mouvement*. França: Flammarion, 1999.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. *A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil*. In: LOREA, R.A. (org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, set. 1999, p. 89-114.
- MARIZ, Cecília. O Demônio e os Pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, P. (org.) *O mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p. 45-61.
- MIRANDA, Júlia. *Horizontes bruma os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Editora Maltese, 1999.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74, 2006, p. 47-65.
- ORO, Ari P. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. Religião, laicidade e cidadania. In: ORO, A. P. (Org.). *A Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 212-239.
- ORO, Ari P. & STEIL, Carlos A. (Orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará e Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001. (Coleção Antropologia da Política; 12)
- _____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 165-191.
- SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. In: *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 27-43, oct. 2001.
- STEIL, Carlos. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciências Sociais y Religión*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 115-129, 2001.